

## Programação

<b>Dia 09/12 - Quinta-Feira</b> 8h30 <b>Credenciamento</b> 9h <b>Abertura Solene - Reafirmação dos Compromissos dos Poderes do Estado com os Direitos Humanos</b> Governador Mário Covas Presidente do Tribunal de Justiça Presidente da Assembléia Legislativa Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo 10h Apresentação de Relatórios 1. Comissão de Acompanhamento do PEDH 2. Comissão de Direitos Humanos - ALESP 10h30 Painéis 1. <i>Seminários Temáticos</i> 2. <i>Pré-Conferências Regionais e Temáticas</i> 12h <b>Almoço</b> 14h <b>Grupos de Trabalho - O que foi feito? O que precisa ser feito? O papel do Governo, do Legislativo, da sociedade civil.</b>	(Veja lista de temas no quadro ao lado.) 18h <b>Sistematização dos Grupos de Trabalho (relatorias)</b> Dia 10/12 - Sexta-Feira <b>Painéis</b> 9h <b>Direitos Econômicos e Sociais</b> 10h <b>Violência e Cidadania</b> 12h <b>Almoço</b> 14h30 <b>Municipalização dos Direitos Humanos</b> 15h30 <b>Relatos dos Grupos de Trabalho</b> 17h30 <b>Encerramento</b> - Belisário dos Santos Jr. - Secretário de Justiça - Renato Simões, Pres. CDH/ALESP - Valdênia Aparecida Paulino - Presidente do CONDEPE - José Gregori - Secretário de Estado dos Direitos Humanos 19h <b>Sessão Solene da Entrega do Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos</b>
---	---

## Grupos de Trabalho

01 Criança e Adolescente
02 Tortura e Sistema Prisional
03 Acesso à Justiça
04 Educação
05 Negros
06 Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais
07 Idosos
08 Qualidade de Vida na Cidade (moradia, saneamento, questão ambiental)
09 Política Democrática de Segurança
10 Política de Desenvolvimento, Emprego e Geração de Renda
11 Saúde
12 Mulheres
13 Homossexuais e Transexuais
14 Questão da Terra (Comunidades Indígenas, Moradia, Reforma Agrária)
15 Mídia e Direitos Humanos

## Fórum de Minorias: aqui nasceu a Idéia do Programa Estadual de Direitos Humanos

\* Dermi Azevedo

O Programa Estadual de Direitos Humanos de São Paulo - o primeiro do país e anunciado há dois anos pelo governador Mário Covas - é a principal referência para os outros 15 Estados da Federação que também se organizam para disporem desse instrumento fundamental de políticas públicas.

Neste momento em que o Programa paulista está sendo avaliado na 2ª Conferência Estadual de Direitos Humanos, na Assembléia Legislativa, é importante lembrar o significado do 1º Fórum Estadual de Minorias, realizado em 1996, por iniciativa da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, durante seis meses, no Salão Nobre dessa Pasta, no centro histórico paulistano.

Toda semana, de fevereiro a julho, foram realizadas audiências públicas, com a participação de mulheres, crianças e adolescentes, negros, índios, sem teto, trabalhadores rurais e urbanos, lideranças religiosas, idosos, educadores e operadores e beneficiários da saúde pública, homossexuais e outros segmentos sociais.

Numa dessas audiências, foi lançada a idéia de dotar São Paulo de um Programa Estadual de Direitos Humanos, em coerência com as recomendações da Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993 e com o Programa Nacional de Direitos Humanos.

As propostas do Fórum passaram, em 1996 e 1997, por várias outras etapas de debate amplo, geral e irrestrito: nos debates técnicos, ocorridos no auditório da IMESP; nas audiências em oito grandes cidades do interior; nos trabalhos da 1ª Conferência Estadual, na Assembléia.

## Fórum da Cidadania

Denise Hirao  
Advogada e assessora da SJDC

São Paulo, Ribeirão Preto, Sorocaba, Santos, São José do Rio Preto, educação, mulheres, negros, pessoas portadoras de deficiência, índios, saúde, moradia, emprego, população de rua, crianças e adolescentes etc. Esses locais e temas são parte do processo de elaboração do Programa Estadual de Direitos Humanos, com a participação de centenas de pessoas, entre representantes do governo, da sociedade civil e interessados em geral.

Foram diversos encontros que resultaram nas propostas aprovadas na I Conferência Estadual de Direitos Humanos, promovida em 1997 pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania e pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa.

Como resultado, em 15 de setembro do mesmo ano, o Governo do Estado lança o primeiro Programa Estadual de Direitos Humanos do país, com 303 ações práticas destinadas aos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo em suas várias esferas, bem como à sociedade como um todo. Assim, São Paulo passa a ser o primeiro Estado do país a alçar o tema dos direitos humanos à condição de política pública.

Com o objetivo de extrair a máxima efetividade do Programa, entende-se pela necessidade de acompanhamento da sua execução, o que agora passa a ser feito por alguns municípios pioneiros e vem sendo realizado desde o fim de 97 por uma Comissão formada por representantes do Governo e da sociedade civil.

Entre 97 e 98, essa Comissão fez um levantamento sobre as iniciativas governamentais em cumprimento às ações previstas pelo Programa Estadual de Direitos Humanos, lançando seu 1º Relatório.

O Núcleo de Estudos da Violência da USP deu contribuição fundamental, representado por Paulo Sérgio Pinheiro, Paulo Mesquita e Beatriz Stella Azevedo Affonso.

Muitos momentos marcantes foram vividos no Fórum. É bom destacar, entre outros, as audiências com crianças e adolescentes da FEBEM; com presos, presas e agentes penitenciários; com os índios (com o testemunho de Orlando Villas Boas); com os moradores de rua e com os líderes religiosos.

Nessa reunião, a ajuda de Deus foi invocada, fraternalmente, por católicos e evangélicos, judeus e muçulmanos, espíritas e outros crentes. A oração final coube a uma mãe de santo

Quaisquer que sejam as críticas feitas à execução do Programa - e, em alguns aspectos específicos, são corretas -, seria injusto negar o seu significado histórico.

Com o Programa, a sociedade dispõe de uma referência ética e política para avançar com vistas à justiça social com equidade e à superação da violência.

\* Dermi Azevedo representa a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania na Comissão Especial de Acompanhamento do Programa Estadual de Direitos Humanos e foi um dos delegados do Brasil na Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena (1993). Preside o Conselho Deliberativo do Programa Estadual de Proteção a Testemunhas, PROVITA/SP.

Em 99, ela estabeleceu uma nova meta, qual seja, a análise qualitativa da implementação do Programa, o que só poderia ser feito com ampla participação dos setores organizados da sociedade.

Desse modo, foram realizadas nove audiências temáticas que compuseram o Fórum da Cidadania, caracterizando-se pela palavra aberta a todos os presentes, lideranças de movimentos populares, representantes do Governo do Estado e interessados em geral.

Passou-se pela valorização do policiamento comunitário e pelo constatação de que deve ser implementado com maior celeridade. Pelo pleito do movimento de moradia em prol do Programa de Ação nos Cortiços, proposto pelo Governo do Estado mas ainda não concretizado. Pela necessidade de ações preventivas mais do que repressivas em relação às crianças e adolescentes. Pela constatação de avanços significativos no número de assentamentos, bem como pela indicação de aumento da concentração de terra.

Como síntese, a riqueza dessas audiências foi o diálogo, que proporcionou a exposição de iniciativas governamentais e o reconhecimento dos avanços sem olvidar a crítica e as propostas da sociedade civil. A postura propositiva permeou todas as audiências, assim como a reiterada afirmação sobre a necessidade de parcerias entre governo e sociedade civil.

Exemplos de maturidade de quem é protagonista do exercício da cidadania, participando de momentos que servem para o aprendizado da sociedade brasileira na consolidação da democracia.

## A interiorização das ações em direitos humanos

Fabiano Marques de Paula  
Advogado e assessor da SJDC

Após a conquista da redemocratização e a promulgação da nova Constituição Brasileira, em 1988, nosso país assumiu o desafio de construir uma ordem sócio-política renovada e mais avançada, na qual prevaleça a observância e a promoção dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Desta forma, para honrar nossos compromissos internacionais assumidos na Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena, em 1993, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos cuidou de elaborar, em parceria com a sociedade civil, o Programa Nacional de Direitos Humanos, que assim marca o compromisso oficial do governo brasileiro de defender e promover a causa da liberdade e da democracia.

O Estado de São Paulo, perseguindo o protagonismo em face dos desafios da modernidade, também articulou com a sociedade civil paulista a formulação do primeiro Programa Estadual de Direitos Humanos, que agora configura política pública que vincula e direciona as ações de todo o Governo do Estado, o que marca o pioneirismo paulista na consolidação da cidadania na nova ordem democrática.

Pois agora o desafio que se apresenta é a construção de renovadas bases para a modernidade em nossos municípios, para o que deveremos romper com as amarras obsoletas de uma administração pública antiquada e anti-cidadã, o desafio que se nos impõe é a expansão destas propostas para todos os municípios do Estado, congregando os poderes públicos e a sociedade civil local para a edificação de seus próprios núcleos de trabalho e programas de ações afirmativas dos direitos humanos em vista das possibilidades apresentadas pela realidade municipal.

É justo assinalar que algumas cidades deste Estado já encontram-se muito avançadas rumo à efetivação dos direitos fundamentais de seus cidadãos, merecendo destacar os exemplos de: Lins, que conta com uma Comissão de Cidadania e Direitos Humanos na Câmara Municipal; Marília, que possui um Núcleo Municipal de Direitos Humanos e Cidadania articulado pelas faculdades e a sociedade civil local; e também Santo André, que organizou a confecção de um Programa Municipal de Cidadania e Direitos Humanos que vincula a Prefeitura, a Câmara, a Polícia Militar e a sociedade civil local rumo ao compromisso de promoção e observância de garantias mínimas inerentes à condição humana.

Desta forma, cumpre agora estimularmos com toda a força de nossa convicção democrática a expansão de tais propostas e ações para o maior número de municípios, tarefa que a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania assume como relevante missão, para o que articula parcerias com a Fundação CEPAM, a Associação Paulista de Municípios, a União de Vereadores do Estado e a Seção de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil.

É esta nobre causa da cidadania que também se busca através da realização da II Conferência Estadual dos Direitos Humanos, que, além de promover a avaliação do estágio de cumprimento do Programa Estadual de Direitos Humanos, avança ainda mais, sinalizando pela expansão destas propostas e ações para todos os municípios do Estado de São Paulo.

Ao trabalho !